



Concurso Público para Provimento de Vagas em
Cargos Efetivos e de Emprego Público da
Prefeitura Municipal de Assaí

CADERNO DE PROVAS

Cargo

CONTADOR



Antes de iniciar a prova, leia as instruções abaixo:

1. Espere a ordem do fiscal para iniciar a prova.
2. Leia, atentamente, as questões, e atenha-se a elas, pois nenhum esclarecimento a mais poderá ser dado, e o sucesso de um concurso está na compreensão do que é solicitado.
3. Utilize somente caneta esferográfica preta ou azul.
4. A folha de respostas compõe-se de quadrículas. Para assinalá-las, basta preencher toda a quadrícula da questão escolhida, da seguinte forma: ■
5. Será nula a prova, se forem assinaladas todas as questões com uma única alternativa de respostas.
6. Serão nulas as respostas rasuradas ou múltiplas para uma mesma questão.
7. Não se atenha às questões que julgar difíceis, volte a elas, se lhe sobrar tempo.
8. Ao início da prova, o Fiscal comunicará o período de tempo concedido para a realização dela.
9. Ao término da prova, entregue TODO O MATERIAL recebido.
10. Preencha claramente os dados na folha de respostas. Coloque somente seu número de inscrição; não coloque seu nome, nem na folha de respostas, nem nas provas.
11. Não é permitido, em hipótese alguma, o empréstimo de qualquer objeto.
12. Somente poderá ausentar-se da sala da prova, acompanhado do fiscal de corredor.
13. Permaneça no local da prova pelo prazo mínimo de uma hora.
14. Guarde todo tipo de equipamento de comunicação eletrônico e relógio, durante a execução da prova.
15. Use o verso da ficha de comprovação de inscrição, para copiar o gabarito de sua prova.
16. O resultado do concurso não será divulgado por telefone.
17. Após a realização das provas, os gabaritos e o conteúdo das provas objetivas serão afixados no mural de avisos da Prefeitura Municipal de Assaí, e divulgados via internet, nos sites concursopublico.uniuv.edu.br e www.pmassai.com.br às 17h do dia 30 de maio de 2011.



1. Assinale quais das alternativas correspondem a leis de iniciativa do Poder Executivo, conforme menciona o artigo 165 da Constituição Federal de 1988:

- I. O plano plurianual;
- II. As diretrizes orçamentárias;
- III. Os orçamentos anuais;
- IV. As nomeações de servidor público;
- V. As licitações.

- (A) I, II e III;
- (B) I, II, III, IV;
- (C) IV e V;
- (D) I, III e V;
- (E) I, II, III, IV e V.

2. Com relação aos artigos contemplados na Constituição Federal de 1988, sobre o controle na administração pública, identifique a afirmação incorreta:

- (A) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder;
- (B) Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária;
- (C) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União;
- (D) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle externo, com a finalidade de avaliar a execução dos programas de governo; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- (E) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

3. Conforme a Constituição Federal de 1988, qual das afirmativas não compete ao Tribunal de Contas da União:

- (A) Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- (B) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;
- (C) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- (D) Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;
- (E) Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.



4. Qual das alternativas **não** corresponde à Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (A) Orientará a elaboração do plano plurianual e disporá sobre as alterações na legislação tributária;
 - (B) Disporá sobre o equilíbrio entre receitas e despesas;
 - (C) Disporá sobre critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na legislação;
 - (D) Disporá sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
 - (E) Conterá Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
5. Qual das alternativas abaixo **não** expressa o conteúdo do Anexo de Metas Fiscais, conforme o artigo 4º, § 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal:
- (A) Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
 - (B) Avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem;
 - (C) Evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
 - (D) Avaliação da situação financeira e atuarial;
 - (E) Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
6. Destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Tal afirmação se refere a:
- (A) Compra direta;
 - (B) Licitação;
 - (C) Concurso público para nomeação de servidor;
 - (D) Lei complementar;
 - (E) Decreto do executivo.
7. O artigo 35 da Lei 4.320/64 menciona que pertence ao exercício financeiro:
- (A) As despesas nele legalmente empenhadas e as receitas nele estimadas;
 - (B) As despesas nele legalmente empenhadas e as receitas lançadas;
 - (C) As receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas;
 - (D) As receitas nele lançadas e as despesas nele legalmente liquidadas;
 - (E) As receitas nele arrecadadas e as despesas nele recolhidas.



8. Identifique a alternativa correta:

- (A) A lei orçamentária anual compreenderá orçamento fiscal, o orçamento patrimonial e o orçamento da seguridade social;
- (B) A lei orçamentária anual conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, desde que compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (C) A Constituição Federal autoriza, na forma da lei, o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
- (D) A Constituição Federal proíbe a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;
- (E) A Lei de Orçamento consignará dotações globais destinadas a atender, indiferentemente, a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.

9. A Constituição Federal estabelece a obrigatoriedade de o poder executivo publicar, até 30 dias após o encerramento de cada bimestre:

- (A) Relatório resumido da execução orçamentária;
- (B) Relatório da gestão patrimonial;
- (C) Relatório da gestão financeira;
- (D) Relatório da arrecadação tributária;
- (E) Relatório das dívidas e do déficit.

10. São créditos que, sem ressalvas, têm vigência limitada ao exercício financeiro:

- (A) Orçamentário e especial;
- (B) Orçamentário e extraordinário;
- (C) Orçamentário e emergencial;
- (D) Especial e emergencial;
- (E) Orçamentário e suplementar.

11. Estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente. Tal definição refere-se a:

- (A) Lei Orçamentária Anual;
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (C) Plano Plurianual;
- (D) Relatório de Metas Anuais;
- (E) Orçamento Geral da União.

12. Qual das alternativas abaixo não corresponde a recurso para abertura de crédito adicional suplementar e especial?

- (A) Superávit primário apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- (B) Proveniente de excesso de arrecadação;



Concurso Público para Provimento de Vagas em Cargos Efetivos e
de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Assaí

-
- (C) Resultante de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;
- (D) Produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las;
- (E) Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
13. De acordo com a Lei nº 11.494/2007, até quando vai a vigência do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação?
- (A) 31 de dezembro de 2037;
- (B) 31 de dezembro de 2015;
- (C) 31 de dezembro de 2020;
- (D) 31 de dezembro de 2027;
- (E) 31 de dezembro de 2017.
14. Assinale a alternativa que não se refere à Receita Corrente:
- (A) Patrimonial;
- (B) Tributária;
- (C) Superávit do orçamento corrente;
- (D) Agropecuária;
- (E) Serviços.
15. Sobre receita pública, é incorreto afirmar que:
- (A) Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades;
- (B) A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital;
- (C) As receitas de operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos e juros sobre a remuneração do capital, constituem receitas de capital;
- (D) As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante;
- (E) Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.
16. Constituem receita orçamentária:
- (A) Operações de crédito por antecipação da receita;
- (B) Emissões de papel-moeda;
- (C) Operações de crédito;
- (D) Cauções em dinheiro efetuadas por prestadoras de serviços;
- (E) Entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros.



17. Conforme artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, anistia, remissão, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições constituem:
- (A) Subsídio fiscal;
 - (B) Despesa corrente;
 - (C) Receita corrente líquida;
 - (D) Despesa de capital;
 - (E) Renúncia de receita.
18. As dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro, referem-se ao conceito de:
- (A) Inversões financeiras;
 - (B) Investimentos;
 - (C) Inversões patrimoniais;
 - (D) Acréscimos patrimoniais;
 - (E) Superveniências ativas.
19. De acordo com o § 3º do artigo 12 da Lei nº4.320/64, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas e que podem ser classificadas em sociais e econômicas, são denominadas de:
- (A) Inversões;
 - (B) Subvenções;
 - (C) Anistia;
 - (D) Auxílio financeiro;
 - (E) Assistência.
20. De acordo com o artigo 14 da Lei nº4.320/64, o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias denomina-se:
- (A) Unidade orçamentária;
 - (B) Órgão orçamentário;
 - (C) Função orçamentária;
 - (D) Elementos;
 - (E) Projeto/Atividade/Operações Especiais.
21. De acordo com o artigo 15 da Lei nº 4.320/64, o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para consecução dos seus fins, denomina-se:
- (A) Unidade orçamentária;
 - (B) Órgão orçamentário;
 - (C) Função orçamentária;
 - (D) Elementos;
 - (E) Projeto/Atividade/Operações Especiais.



22. O artigo 36 da Lei nº 4.320/64 distingue Restos a pagar em:
- (A) Processados e não processados;
 - (B) Empenhados e não empenhados;
 - (C) Liquidados e não liquidados;
 - (D) Registrados e não registrados;
 - (E) Lançados e não lançados.
23. São créditos adicionais abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo:
- (A) Extraordinários;
 - (B) Especiais;
 - (C) Suplementares;
 - (D) Emergenciais;
 - (E) Orçamentários.
24. O documento que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria, e que, emanado de autoridade competente, cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, denomina-se:
- (A) Nota de empenho;
 - (B) Nota de liquidação;
 - (C) Ordem de pagamento;
 - (D) Autorização de fornecimento;
 - (E) Ordem de gasto.
25. Os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar; os depósitos e os débitos de tesouraria, constituem:
- (A) Dívida fundada;
 - (B) Dívida flutuante;
 - (C) Passivo não exigível;
 - (D) Passivo exigível a longo prazo;
 - (E) Déficit público.
26. Sobre a contabilidade pública, é incorreto afirmar:
- (A) A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados;
 - (B) Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros;
 - (C) A escrituração sintética das operações financeiras e patrimoniais efetuar-se-á pelo método das partidas dobradas;



Concurso Público para Provimento de Vagas em Cargos Efetivos e
de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Assaí

-
- (D) Haverá controle contábil dos direitos e obrigações oriundos de ajustes ou contratos em que a administração pública for parte;
- (E) Os débitos e créditos serão escriturados sem individualização do devedor ou do credor, e sem especificação da natureza e importância.
27. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a:
- (A) Um exercício;
- (B) Dois exercícios;
- (C) Três exercícios;
- (D) Quatro exercícios;
- (E) Cinco exercícios.
28. Sobre o empenho da despesa é incorreto afirmar:
- (A) É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento;
- (B) O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos;
- (C) É vedada a realização de despesa sem prévio empenho;
- (D) Consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito;
- (E) Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.
29. O artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal cita que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:
- (A) União: 50% (cinquenta por cento); Estados e Municípios: 60% (sessenta por cento).
- (B) União, Estados e Municípios: 40% (quarenta por cento).
- (C) União: 40% (quarenta por cento); Estados: 50% (cinquenta por cento); Municípios: 54% (cinquenta e quatro por cento).
- (D) União: 48% (quarenta e oito por cento); Estados e Municípios: 54% (cinquenta e quatro por cento).
- (E) União, Estados e Municípios: 50% (cinquenta por cento).
30. De acordo com o artigo 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal, constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal:
- (A) O combate à corrupção e ao desperdício;
- (B) A realização de superávit primário em todos os entes da Federação;
- (C) A diminuição do déficit e da dívida pública;
- (D) A instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação;
- (E) A diminuição do gasto público.



31. Com relação à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, estão corretas as afirmações:

- I. Será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
- II. Será acompanhado de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual;
- III. Deverá ser compatível com o plano plurianual;
- IV. Deverá ser compatível com a lei de diretrizes orçamentárias;
- V. Deverá ser compatível com o Anexo de Metas Fiscais.

- (A) I e V;
- (B) II, III e IV;
- (C) I, II, III e IV;
- (D) II, III, IV e V;
- (E) I, II, III, IV e V.

32. Segundo o artigo 22, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa que melhor represente as vedações impostas ao Poder ou órgão que exceder em 95% (noventa e cinco por cento) o limite exigido para as despesas de pessoal:

- I. Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- II. Criação de cargo, emprego ou função;
- III. Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV. Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V. Contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

- (A) II, III e IV;
- (B) I, II e III;
- (C) I, II, III e IV;
- (D) II, III, IV e V;
- (E) I, II, III, IV e V.

33. Segundo o artigo 29, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal, a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios é definida como:

- (A) Dívida pública fundada;
- (B) Dívida pública flutuante;
- (C) Dívida Ativa;
- (D) Dívida Pública Mobiliária;
- (E) Dívida fiscal.



34. Com relação ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T16, é incorreto afirmar:
- (A) Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público em detrimento dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, que não são objeto de aplicação da contabilidade pública;
 - (B) O sistema contábil representa a estrutura de informações sobre identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação dos atos e dos fatos da gestão do patrimônio público, com o objetivo de orientar e suprir o processo de decisão, a prestação de contas e a instrumentalização do controle social;
 - (C) Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações;
 - (D) O controle interno deve ser exercido em todos os níveis da entidade do setor público, compreendendo a preservação do patrimônio público; o controle da execução das ações que integram os programas; e a observância às leis, aos regulamentos e às diretrizes estabelecidas;
 - (E) O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
35. A entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde é denominada:
- (A) Transferências correntes;
 - (B) Transferências financeiras;
 - (C) Transferências voluntárias;
 - (D) Transferências legais;
 - (E) Transferências sociais.
36. Qual das alternativas não representa uma modalidade de licitação:
- (A) Concorrência;
 - (B) Convite;
 - (C) Compra direta;
 - (D) Concurso;
 - (E) Pregão.



37. Modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três), pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse, com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas:

- (A) Concorrência;
- (B) Convite;
- (C) Compra direta;
- (D) Concurso;
- (E) Pregão.

38. O regime de adiantamento é aplicável para pagamento de despesas expressamente definidas:

- (A) Em lei;
- (B) Em decreto;
- (C) Na lei orgânica;
- (D) Em resolução;
- (E) Em portaria.

39. Utilizando o dígito 1 para Despesas Correntes e o dígito 2 para Despesas Capital, assinale a opção que indica a correta classificação econômica das seguintes despesas públicas:

- () Pessoal Civil;
- () Material de consumo;
- () Obras Públicas;
- () Material Permanente;
- () Juros da dívida pública;
- () Amortização da dívida pública.

- (A) 1 – 1 – 2 – 2 – 2 – 2;
- (B) 1 – 2 – 2 – 2 – 1 – 2;
- (C) 2 – 1 – 2 – 1 – 2 – 2;
- (D) 2 – 2 – 1 – 1 – 1 – 1;
- (E) 1 – 1 – 2 – 2 – 1 – 2.

40. A fase da receita que compreende o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta, denomina-se:

- (A) Arrecadação;
- (B) Recolhimento;
- (C) Lançamento;
- (D) Inscrição;
- (E) Registro.



FOLHA DE RESPOSTAS

EMPREGO PÚBLICO	Nº. DE INSCRIÇÃO
Contador	_____

Preencha toda a quadrícula correspondente à resposta certa. Mais de uma resposta na coluna anulará a questão, mesmo que uma esteja correta.

QUESTÕES																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E

QUESTÕES																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E

Nº. DE RESPOSTAS CERTAS	NOTA	RUBRICA DO AVALIADOR